

X ENCONTRO DA ABCP
ÁREA TEMÁTICA: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**A RELAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO E O DESENHO DAS POLÍTICAS DE
CORRESPONSABILIDADE**

Palloma Manuelle Marciano de Freitas – UFPE

Belo Horizonte – MG
30 de agosto a 02 de setembro de 2016

Resumo

A relação executivo-legislativo afeta o nível de cobertura dos programas de transferência condicionada de renda? A partir deste questionamento, procuro entender quais são as razões porque alguns países apresentam uma maior parcela da população como beneficiária direta dos PTCRs. A hipótese aqui defendida indica que o comportamento dos gastos sociais pode ser explicado por fatores políticos como a relação entre executivo e legislativo. Dessa forma, o controle do poder executivo sobre o legislativo e o número de *veto players* sobre as ações do chefe do executivo são importantes determinantes dos desenhos das políticas de corresponsabilidade ao ampliar ou reduzir a margem de ação do poder executivo no desenho dos PTCRs. Assim sendo, a hipótese central indica que *quanto maior o número de controle do legislativo sobre o executivo, menor é o nível de cobertura dos PTCRs*. Para verificar essa hipótese, desenvolvi uma análise longitudinal com dados da cobertura de beneficiários dos programas de corresponsabilidade de 16 países da América Latina entre 1996 e 2012 e das variáveis explicativas elencadas pela literatura de gastos sociais. Caracterizando um painel não-balanceado com país-ano como unidade de análise e controlado por efeitos fixos. Os resultados demonstraram que, de fato maiores constrangimentos, isto é, controles sobre o poder executivo, menor será a parcela da população beneficiada entre os países no período analisado.

Palavras-chave: programas de transferência condicionada de renda, nível de cobertura, executivo-legislativo, gastos sociais.

1 Introdução

A relação executivo-legislativo afeta o nível de cobertura dos programas de transferência condicionada de renda? A partir deste questionamento procuro entender quais são as razões porque alguns países apresentam uma maior parcela da população como beneficiária direta das transferências com base em uma perspectiva político-institucional fundamentada na relação entre o poder executivo e o poder legislativo.

Não é novidade para a Ciência Política que as interações entre governos e parlamentares interferem nos formatos dos gastos sociais. Porém, pouco se sabe como essa relação se estabelece e interfere nas recentes políticas de corresponsabilidade e no desenho dessas políticas. Com o objetivo de contribuir com a expansão dessas novas questões, coloco como ponto central o papel do poder legislativo como agente de controle das políticas do executivo e, se essa característica pode limitar ou ampliar a margem de ação do governo no desenho das políticas públicas e dos gastos sociais, em especial as políticas de corresponsabilidade.

Os chamados programas de transferência condicionada de renda (PTCR), ou programas de corresponsabilidade, tornaram-se uma alternativa viável economicamente e politicamente para os governantes latino-americanos à medida que atendiam problemas sociais crônicos da população, em um cenário de forte ajuste fiscal em meados da década de 1990. Contudo, apesar do baixo custo orçamentário, o nível de cobertura de uma política social redistributiva condicionada atinge diretamente o seu orçamento e o orçamento geral do governo: um número maior de beneficiários eleva os gastos com as transferências e, conseqüentemente, com a manutenção do próprio programa. Assim, o questionamento apresentado está conectado nos estudos sobre os gastos do governo, em especial os gastos com política de bem-estar.

Como os Estados e governantes gastam os seus orçamentos é uma questão central para campos como a economia e ciência política. Um aspecto em destaque desse debate é a evolução dos gastos com políticas de bem-estar social como saúde e educação. Assim, a literatura de gastos sociais abrange uma gama de perspectivas teóricas mais econômicas ou mais políticas que buscam verificar como desenvolveram os sistemas de proteção social e, especificamente, sua participação nas verbas governamentais. Onde se inclui a pergunta proposta aqui.

Defendo que o comportamento dos gastos sociais pode ser explicado por fatores políticos como a relação entre executivo e legislativo. Nesse sentido, o controle do poder executivo sobre o legislativo e o número de *veto players* sobre as ações da presidência são importantes determinantes dos desenhos das políticas de corresponsabilidade ao ampliar ou reduzir a margem de ação do poder executivo no desenho dos PTCRs. Ou seja, os incentivos

e constrangimentos sobre o poder executivo exercem papel importante na alocação de recursos de proteção social dos governos. Assim sendo, a hipótese central indica que *quanto maior o número de controle do legislativo sobre o executivo, menor é o nível de cobertura dos PTCRs*.

Para verificar essa hipótese, desenvolvi uma análise longitudinal com dados da cobertura de beneficiários dos programas de corresponsabilidade de 16 países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Paraguai, República Dominicana, Uruguai) entre 1996 e 2012 e das variáveis explicativas elencadas pela literatura de gastos sociais. Caracterizando um painel não-balanceado com país-ano como unidade de análise e controlado por efeitos fixos. Os dados das variáveis utilizadas foram retirados da CEPAL, do Banco Mundial, e do *Database of Political Institutions*.

Os resultados demonstraram que, de fato maiores constrangimentos, isto é, controles sobre o poder executivo, menor será a parcela da população beneficiada entre os países no período analisado. Isso independente da ideologia do partido governante. Esses resultados fortalecem a percepção de que o poder legislativo na América Latina ainda representa um papel importante na alocação de gastos sociais, mesmo nos sistemas presidencialistas da região que, em geral, reforçam o papel do presidente.

Na intenção de responder os questionamentos apresentados, as próximas seções foram estruturadas da seguinte maneira. A segunda parte tem o objetivo de apresentar os programas de transferência de renda e suas características como política de combate à pobreza. A terceira seção debate a questão dos gastos sociais e os argumentos teóricos colocados pela literatura sobre os programas de corresponsabilidade. A análise estatística e os resultados sobre a variação da cobertura dos programas de corresponsabilidade são apresentados a seguir. Por fim, são retomados questionamentos teóricos e resumidos os principais achados e contribuições desta pesquisa.

2 Os programas de transferência de renda condicionada

A crise fiscal da década de 1980 resultou em um cenário econômico desastroso na América Latina: hiperinflação, desemprego e aumento da população abaixo da linha pobreza. Esse cenário somado às pressões de entidades internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, permitiu que uma série de demandas sociais fossem incorporadas às estruturas institucionais e modificassem o *status quo* das políticas sociais. Dessa forma, diversas políticas do Estado de bem-estar foram introduzidas no escopo estatal dos países latino-americanos (KERSTENETZKY, 2012).

Para responder às demandas em um cenário econômico desfavorável e marcado por reformas, foram introduzidos novos programas sociais com baixo impacto orçamentário que deveriam atingir de forma eficiente o ciclo da pobreza: os programas de corresponsabilidade ou programas de transferência condicionada de renda.

Os programas de transferência de renda apresentavam um gasto pequeno, dentro do restrito orçamento governamental, à medida que diminuía a pobreza imediata dos indivíduos mais vulneráveis da população. Os denominados programas de transferência condicionada de renda (PTCRs daqui em diante) estabelecem um compromisso entre o Estado e as famílias beneficiadas, onde estes devem cumprir com uma série de exigências educacionais e de saúde para manter o benefício: frequência escolar mínima das crianças, manutenção das vacinas em dia e participação do acompanhamento pré-natal, entre outras condicionalidades. Enquanto que o Estado libera o benefício de acordo com a renda familiar, número de crianças em idade escolar e o cumprimento das condicionalidades pela família beneficiada.

A ideia por trás do conceito dos PTCRs traz duas consequências distintas: a diminuição de miséria imediata através da transferência de renda, à medida que estimula a quebra do ciclo de pobreza com incentivos educacionais e melhorias da saúde. Rawlings e Rubio (2005) argumentam que o fator de condicionalidade faz dessa nova geração de programas sociais um instrumento para investimento de longo prazo em capital humano, enquanto, paralelamente, disponibiliza assistência social de curto prazo. Segundo as autoras, as ações desses programas, ao promoverem a acumulação de capital humano em longo prazo como um objetivo primário, reconhecem seu papel na ruptura da transmissão da pobreza entre as gerações. México e Brasil foram os primeiros países a adotar e implementar os PTCRS, em 1997 e 1996.

A implementação desses programas fez parte da reforma das políticas sociais que se propagou pela América Latina (DE LA O, 2015; SÁTYRO *et al*, 2014). As mudanças promovidas tanto por atores internos, governo e sociedade civil, e externos, agências e instituições internacionais, resultaram em novas formas de assistência à população vulnerável por meio da construção de redes de proteção social mais centralizadas quando comparadas a períodos anteriores. Para Soares *et al* (2007), vem crescendo o número de países em desenvolvimento que adotam esse modelo como uma das políticas de combate à pobreza. Essa popularidade, segundo o estudo, deve-se aos impactos positivos multidimensionais na vida da parcela da população atingida – melhora na educação e saúde das famílias beneficiadas, redução da pobreza e mortalidade infantil – como também por ser considerada uma alternativa para a solução do impasse entre os avanços sociais e a restrição fiscal do Estado. Kauchakje e Silva (2014) afirmam que a expansão dos PTCRs na América Latina se caracteriza como um fenômeno de convergência de política, onde similaridades de uma

política são encontradas em distintas formas de jurisdições como países e unidades supranacionais.

A base dos PTCRs apresenta critérios similares: um “recorte de renda *per capita* familiar de pobreza e de extrema pobreza, seguindo um receituário de 2 dólares e 1 dólar por pessoa, respectivamente, e visam prioritariamente famílias com crianças” (SÁTYRO *et al*, 2014, p. 8). A organização de cadastros e transferências são prioritariamente centralizadas nos governos federais que utilizam os governos locais em algumas etapas do processo, variando de país para país. No caso do Bolsa Família, por exemplo, são os governos locais, os municípios, os responsáveis pela gestão de cadastramento dos beneficiários e verificação do cumprimento das condicionalidades, enquanto que a formulação e operacionalização gerais ficam a cargo do Governo Federal (D’ALBUQUERQUE, 2014).

Para Huber *et al* (2008), os modelos de PTCRs são geralmente altamente progressivos, focalizados na parcela mais pobre da população, e um meio efetivo para redistribuir renda e reduzir pobreza. A maioria dos programas tem o foco dos benefícios em famílias pobres ou de extrema pobreza com crianças em idade escolar ressaltando a importância do desenvolvimento do seu capital humano através dos serviços de saúde e educação. Porém esse é o parâmetro geral mais comumente empregado pelos governos. Alguns programas ampliam seu público-alvo a famílias em situação de vulnerabilidade com adultos desempregados e pessoas com necessidades especiais (CECCHINI; MADARIAGA, 2011).

A despeito dos programas compartilharem uma estrutura de política similar, os países que os adotaram o fizeram de maneira diferente. Como apontam Cecchini e Madariaga (2011), em um amplo estudo da CEPAL sobre o tema, “os PTCRs implementados em vários países da América Latina compartilham a mesma estrutura básica, mas exibem diferenças significantes [...], incluindo em termos de cobertura e implementação” (*Ibidem*, p. 6). Assim, embora compartilhem o princípio de condicionalidade, os programas variam no tamanho, no escopo, em seus graus de institucionalização e no desempenho dentre os países (HUNTER; SUGIYAMA, 2012).

Em geral os mecanismos de definição dos usuários são baseados nas unidades familiares cujos membros pertençam a categorias específicas como crianças em idade escolar, mulheres no período de amamentação ou gestantes. Mas esses critérios variam bastante de país para país como dito anteriormente. Geralmente, a seleção do público beneficiado se baseia em procedimentos de múltiplos estágios como indicado por Cecchini e Madariaga (2011): (1) a identificação geográfica das unidades com altos níveis de pobreza a partir dos dados de censos, *surveys* familiares e mapas de pobreza; (2) a seleção das famílias a partir da definição por meios indiretos como índices multidimensionais de qualidade de vida ou fórmulas de previsão de renda; (3) estágio adicional, empregado por alguns programas,

com uma seleção pela comunidade a partir de agentes locais com informações sobre a comunidade. A preocupação central, segundo os autores, é mais evitar a inclusão de beneficiários que não cumpram as condições indicadas pelas diretrizes dos programas do que excluir aqueles que cumprem. Segundo as últimas pesquisas, cerca de 113 milhões de pessoas, ou seja, 19% da população da América Latina e Caribe participam de algum tipo de política redistributiva condicionada (HUNTER; SUGIYAMA, 2012).

3 Gastos sociais: o poder legislativo importa?

Análises mais recentes na Ciência Política questionam como as teorias clássicas do *welfare state* compreendem a evolução dos gastos sociais em outras regiões além da realidade da OCDE (HUBER *et al*, 2008). Esse conjunto de análises aponta a baixa aderência dos argumentos clássicos para diferentes contextos políticos e sociais, como no caso de países em desenvolvimento e das questões regionais. Com isso, novos enfoques sobre os determinantes dos gastos sociais na atualidade emergiram na Ciência Política e destacam novos formatos das políticas sociais a exemplo dos PTCRs.

Delimitando as condições pelas quais a ideologia partidária pode afetar o formato das políticas de corresponsabilidade, Sátyro *et al* (2014) sugerem que apesar da difusão dos PTCRs em países governados pela esquerda e pela direita, houve uma apropriação diferenciada do modelo de política entre esses governos. Os autores questionam se a ascensão de governos de esquerda, na primeira década do século XXI, ampliou a cobertura dos PTCRs tornando-os elementos de um sistema de proteção social mais inclusivo ou universalista (nível de cobertura maior que a população em condição de pobreza¹), contrapondo os partidos à direita com padrões mais residuais (nível de cobertura menor que a população em condição de pobreza).

O argumento central do trabalho indica que isoladamente partidos de esquerda não são condição suficiente para a presença de uma política mais inclusiva, ou seja, um maior gasto social. Porém, em conjunto com outros fatores, formam um contexto propício para programas com características universais. Primeiramente, a capacidade de o partido de esquerda governante de promover uma agenda de políticas inclusivas

¹ A linha da pobreza de dois dólares diários é utilizada pelos autores por ser o mecanismo mais comum entre os programas para definir qual é a faixa de renda máxima beneficiada pelas as transferências.

depende também da força da oposição no legislativo. Uma oposição fragilizada e fracionalizada teria dificuldades em se articular para impedir a aprovação de PTCRs de caráter universal ou *vice-versa*. Somado a essa relação entre executivo e legislativo, um legado de políticas de proteção social pré-estabelecido e um alto índice de desenvolvimento humano (IDH), sugerindo a capacidade de o Estado ofertar políticas de proteção, indicariam uma maior probabilidade de coberturas inclusivas dos PTCRs (SÁTYRO *et al*, 2014).

As reformas dos sistemas de proteção social na América Latina, em especial a ascensão dos PTCRs, refletem uma situação de múltiplos incentivos e constrangimentos para os políticos da região. Segundo De La O (2015), embora as crises econômicas das últimas décadas motivaram a implementação de políticas de corresponsabilidade, os diferentes desenhos das políticas indicam que outros fatores interagem com os governantes. Segundo o argumento, as variações nas características são resultado da interação entre governo e poder legislativo na construção dos desenhos dos PTCRs. Por serem considerados programas de governo e não direitos, as políticas de transferência necessitam passar anualmente pelo crivo do poder legislativo. Esse cenário implica dizer que dependendo da composição do legislativo, maior ou menor base parlamentar do governo, o executivo enfrentará ou não dificuldades na aprovação dos seus gastos com transferência de renda.

Isto quer dizer que a margem de ação do executivo na implementação dos programas depende de uma série de fatores sociopolíticos, em especial, da composição política do congresso de cada país. A principal hipótese indica que a composição do congresso – se o governo tem maioria ou não, e o papel dos atores políticos (*veto players*²) – e sua relação com o poder executivo influencia na margem de manobra do poder executivo e, por conseguinte, na estrutura das normas e na implementação dos programas (DE LA O, 2015).

Essa perspectiva traz duas implicações para a análise de gastos sociais proposta por esse trabalho. Em primeiro lugar, considera o legislativo um ator importante para o desenho e implementação de políticas sociais. Mesmo na América Latina, onde os chefes dos executivos são considerados preponderantes na formação da agenda política (LINZ, 1991) e na implementação das políticas, o legislativo exerce

² Para o desenvolvimento do conceito de *veto players*: Tsebelis (2002).

uma função chave para os moldes das políticas, especialmente, as políticas de combate à pobreza. Em segundo lugar, uma legislatura antagônica pode representar um ponto de controle sobre o presidente e o poder executivo, ao incentivar diretrizes que diminuam a possibilidade de expansão dos gastos com os programas. Dessa maneira, quando há um alinhamento entre os governantes e os parlamentares, as regras de implementação são menos restritivas e o governo pode ampliar o nível de gasto. Para essa abordagem “os legisladores se tornaram *veto players* de corte com poderes orçamentários para cortar as apropriações desejadas por presidentes e que múltiplos *veto players* na legislatura influenciam a evolução da assistência social” (DE LA O, 2015, p. 11).

4 Evidência empírica

Quais seriam os determinantes da variação da cobertura dos PTCRs nos países latino-americanos? A variação no número de beneficiários dos PTCRs seria afetada pelo apoio do congresso à presidência ou mesmo pela ideologia do partido no governo? Ou será que fatores socioeconômicos tem um peso maior no desenho das políticas de transferência? Essa seção se dedica a testar quais são os fatores com maior probabilidade de influenciar no desenho dos PTCRs, especificamente, na cobertura desses programas. Os dados utilizados para variável dependente foram retirados do banco de dados do CEPAL e para as outras variáveis da análise utilizeis os dados disponíveis pelo DPI (*Database of Political Institutions*)³ que apresenta dados políticos sobre a maioria dos países entres os anos de 1975-2012.

4.1 A variável dependente – Cobertura

A cobertura dos programas é fixada pelo critério básico de elegibilidade, mas determinados contextos oferecem incentivos para que o incumbente formule ou implemente uma política de combate à pobreza, ou mesmo expandir um programa já em ação. Para a operacionalização da cobertura dos programas (*variável dependente*) foram coletados dados do CEPAL⁴. Utilizei o maior valor de cobertura, quando o país apresenta mais de um programa concomitantemente, como sugerido por Sátyro *et al* (2014). Isso é necessário para que um beneficiário não seja contado mais de uma vez pela análise. A cobertura é calculada com

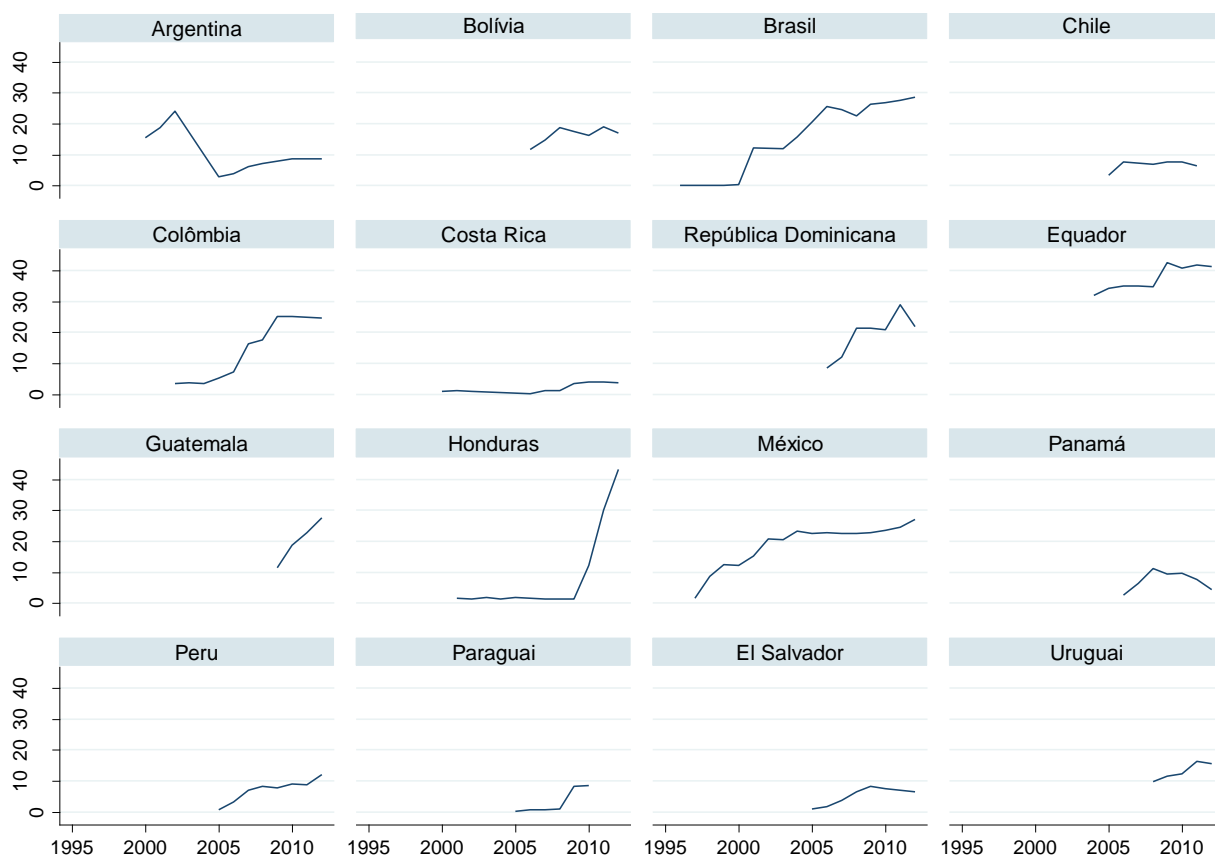
³ Keefer e Stasavage (2003) e Beck *et al* (2001). Disponível em: <http://econ.worldbank.org/>

⁴ Disponível em: <http://dds.cepal.org/bdptc/>.

base na porcentagem do número de pessoas beneficiadas em relação ao total da população de cada país por ano⁵. Quando o banco somente indicou o número de beneficiários e não a porcentagem deles, foi feito o cálculo com base nos dados sobre população no Banco Mundial (2015), seguindo a metodologia da CEPAL.

O Gráfico 4.1 apresenta os dados sobre a porcentagem de beneficiários nos 16 países analisados entre 1996-2012. É perceptível que não há um padrão entre os casos do nível de cobertura. E ao contrário do apontado por De La O (2015) – que os programas apresentariam uma baixa cobertura inicialmente, seguida de aumentos e depois uma manutenção dessas taxas – alguns programas logo nos primeiros anos já possuíam um valor alto de cobertura (15,55% na Argentina e 32% no Equador) ou aumentaram e sofreram uma retração como novamente no caso da Argentina e do Panamá. Esse comportamento aponta que não há uniformidade entre os países, que apresentam diferentes padrões de cobertura. A média da

GRÁFICO 4.1 Variação da porcentagem de cobertura do PTCR em relação à população total por país e ano (1996-2012)



Fonte: Elaboração própria com base no programa de maior cobertura no ano (CEPAL, 2015).

⁵ Os dados das coberturas por número de pessoas são disponibilizados pelo número previsto de beneficiários e pelo número efetivo de beneficiários. Optei pelo número efetivo de indivíduos que receberam o benefício. E, quando somente a informação de previsto está disponível, utilizei-o como *proxy* haja visto que houve gasto para o programa naquele ano, como apontado pelos dados de gastos no orçamento (CEPAL, 2015).

cobertura dos países varia de 2,10%, na Costa Rica, e 37,47%, no Equador. Assim, o Equador se destaca no valor máximo de cobertura apresentado, 42,43% juntamente com Honduras, 43,10%. Ou seja, quase metade da população dos países já foi beneficiária do *Bono de Desarrollo Humano*, o PTCR equatoriano ou do *Bono 10.000 Educación, Salud y Nutrición*, PTCR hondurenho.

4.2 As variáveis explicativas

O argumento central do trabalho defende que os controles exercidos pelo poder legislativo sobre o poder executivo explicam a variação na cobertura dos programas de transferência de renda na América Latina. Para testar essa relação serão utilizadas como variáveis independentes medias que mensuram o alinhamento políticos dos dois atores, o número de *veto players* e a fracionalização da oposição.

As variáveis que mensuram o alinhamento de interesses políticos entre parlamentares e chefes do executivo nacional são incorporadas de duas maneiras como sugerido por De La O (2015). Primeiro, conforme a literatura de delegação, uma medida informa se há um governo dividido ou não. Ou seja, se o partido do governo tem o controle sobre as casas legislativas. Assim, a variável *maioria* é uma *dummy*. Quando o partido governante obtiver o controle sobre as casas legislativas, ele teria uma maior liberdade para implementar uma maior cobertura do programa de transferência condicionada de renda. Porém, como colocado pela autora, essa medida é insuficiente para capturar outras formas de resistência para a atuação do executivo. Então, será também utilizada uma medida desenvolvida por Keefer (2002) que envolve outros controles e atores que agem sobre a presidência. Essa segunda variável, *controles*, incorpora tanto a existência de um governo dividido num sistema bicameral quanto o número de *veto players* dentro e fora do partido governante no poder legislativo. A variável é codificada entre 1 a 7, representando o mínimo e o máximo de controles sobre o executivo com base nos seguintes fatores: se o partido do chefe do executivo controla as casas legislativas ou se a oposição tem a maioria na legislatura, se o presidente foi eleito competitivamente e a distância ideológica dos partidos que compõem a sua base aliada. Sendo assim, maiores controles sobre o executivo dificultariam sua liberdade de implementação e os PTCRs apresentariam taxas de cobertura menores e não inclusivas. Isso considerando que os parlamentares da oposição constroem o executivo a gastar menos.

Hipótese 1 – Um número maior de controles sobre o executivo, menor taxa de cobertura do PTCR.

Hipótese 2 – Se o partido governante controla o legislativo, maior taxa de cobertura do PTCR.

No que tange a variável *fracionalização da oposição* sua mensuração tem como fundamento a probabilidade de dois deputados escolhidos randomicamente entre os partidos de oposição pertencerem a partidos diferentes. Para Sátyro *et al* (2014) essa variável importa para a análise dos PTCRs porque “a força da situação e sua capacidade governativa também é função da força da oposição” (p.14). Com isso coloca-se que a oposição também determina a agenda das políticas da esquerda e que sua habilidade de organização influencia o desenho e os resultados dessa agenda. Ou seja, uma oposição altamente fracionalizada no congresso inibiria a ampliação do número de beneficiários dos programas pelo poder executivo ou um programa mais inclusivo. A variável contínua no banco de dados é transformada em binária com base na sua mediana (SÁTYRO *et al*, 2014).

Hipótese 3 - Maior fracionalização da oposição, menor taxa de cobertura do PTCR.
--

4.2 As variáveis de controle

Para fins de controle as fontes de dados foram o *World Development Indicators*⁶, com base também no *Global Financial Development*⁷. Serão utilizadas variáveis classicamente incorporadas na análise de gastos sociais. Primeiramente, verificarei o impacto do PIB *per capita* sobre a taxa de cobertura de PTCR no país, levando em consideração que países com maior renda ou mais desenvolvidos economicamente gastariam mais com políticas sociais em geral (Lei de Wagner).

Outros aspectos introduzidos pela literatura são importantes para controles estatísticos. Para uma parte da literatura (*cf.* CAMERON, 1965; RODRIK, 1997), o trajeto para uma economia mais globalizada incidiria em maiores gastos sociais. Com isso, um país com uma economia mais aberta elevaria seu orçamento de políticas de bem-estar. Para verificar esse efeito, a variável *globalização* foi medida como uma fração do somatório dos valores de importação e exportação sobre o PIB do país (CAMERON, 1965; RODRIK, 1997).

Já segundo Iversen e Cusack (2000) a mudança no mercado de trabalho provocada pelo avanço tecnológico aumentou os riscos para os trabalhadores, requisitando uma maior atuação do Estado para amparar a população. Por sua vez, para Carnes e Mares (2009, 2010) a desindustrialização das economias em desenvolvimento tem efeito sobre as preferências dos desenhos de proteção social: menos pessoas trabalhando na indústria e na agricultura aumentam as demandas por sistemas de proteção social mais amplos. Esse contexto, levaria a expansão dos gastos sociais. Para verificar essa relação, a variável *desindustrialização* foi

⁶ Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>

⁷ Disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/global-financial-development>

calculada pela fórmula sugerida por Iversen e Cusack (2000): 100 menos a porcentagem da população com idade ativa que trabalha na agricultura e na indústria.

A variável ideologia do partido do presidente foi introduzida como controle devido à série de trabalhos que destacam a preferência de partidos de esquerda por políticas sociais mais redistributivas e igualitárias (ESPING-ANDERSON, 1985; HIBBS, 1992; KORPI, 1980; IMBEAU *et al*, 2001). A variável será operacionalizada no espectro direita-esquerda com base na classificação sobre a orientação do partido sobre a política econômica e se dividirá em três categorias: direita, centro e esquerda⁸⁹. Com base no argumento teórico, governos mais à esquerda apresentariam coberturas maiores e mais inclusivas.

Em seguida, será incluída uma medida de *inflação* anual, levando em consideração que crises econômicas, identificadas pela alta nos preços, aumentam o orçamento para questões sociais (KERSTENETZKY, 2012; DE LA O, 2015). Ademais, com o intuito de medir outros efeitos de crises econômica, adiciono uma medida de pobreza devido ao vínculo entre população vulnerável, períodos de crise e gastos no combate à pobreza e para também mitigar a ausência de medidas anuais de trabalho infantil nos bancos de dados sobre os países latino-americanos, sugerida por De La O. Outra razão para este controle é a condição de miséria ou pobreza é o critério de elegibilidade mais comumente adotado para as transferências, é natural pensar que o nível de cobertura estaria vinculado, e talvez limitado, à porcentagem da população nestas condições. Logo, uma maior parcela da população em situação de pobreza exigiria uma ampliação no escopo dos PTCR, sugiro que maiores taxas de pobreza elevariam os níveis de cobertura das políticas.

4.3 Metodologia e resultados

De acordo com a CEPAL (2015), quase todos os países da região implementaram algum tipo de programa de corresponsabilidade. Contudo, somente 16 deles possuem dados disponíveis que permitam uma análise comparativa das taxas de coberturas dos programas: Argentina, Brasil, Chile, Peru, Guatemala, México, Bolívia, Colômbia, El Salvador, Honduras, Uruguai, Equador, Costa Rica, Panamá, República Dominicana, Paraguai; no total de dezesseis casos. O recorte temporal da análise leva em consideração o primeiro país com informações sobre a cobertura do PTCR, nesse caso o Brasil em 1996 que coincide com o

⁸ A classificação ideológica dos partidos políticos é um dos principais problemas teóricos e metodológicos da Ciência Política. Contudo, esse debate não fará parte da discussão proposta por esse trabalho.

⁹ Para dois países analisados, Brasil e México, é preciso ressaltar uma observação sobre sua classificação pelo DPI. No caso brasileiro, antes de 2000, o PDS e o PSDB são classificados como, respectivamente, partido de esquerda e direita; após 2000, há uma mudança e os mesmos partidos são considerados agora de direita e esquerda. No México, o PRI foi classificado como esquerda entre 1975-1982 e, a partir de 1983 a 2000, como de centro (DPI, 2012).

primeiro de implementação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), e o último ano com dados disponíveis sobre as variáveis explicativas no aspecto político, 2012 (DPI). Com o intuito de examinar as razões para a variabilidade da cobertura dos PTCRs, a pesquisa será baseada em modelos de regressão para dados em painel.

Os dados coletados resultaram em um painel não balanceado em virtude da variação no ano de implementação dos programas de transferência condicionada de renda. Para esse tipo de análise, *cross sectional time-series*, há um debate sobre a adequação de um modelo linear randômico ou um modelo linear com efeitos fixos. Isso indica que no primeiro modelo os efeitos específicos individuais não são correlacionados com as variáveis explicativas. Enquanto que o modelo com efeitos fixos pressupõe que essa relação existe.¹⁰ Este último permite impedir o viés de variáveis omitidas não variantes com o tempo. O primeiro se adapta melhor quando alguma das variáveis explicativas não variam no recorte temporal, mas fazem parte do modelo explicativo (HUBER *et al*, 2008). Como as variáveis independentes analisadas aqui variam no período analisado, os modelos de regressão em painel a seguir possuem duas especificações os efeitos fixos, para aferir a variação interna dos países, e o erro robusto em preferência ao erro padrão para mitigar a presença de heterocedasticidade.

Na Tabela 4.1, as variáveis *maioria* e *controles* são medidas separadamente porque na medida dos controles sobre o executivo está inserido se o partido do governo tem a maioria dos parlamentares nas duas casas legislativas no caso dos modelos bicamerais. Com isso, analisar concomitantemente ambas as medidas, traria problemas teóricos e de multicolinearidade.

¹⁰ Para testar se um modelo é mais eficiente que outro, ou seja, se a hipótese de aleatoriedade se sustenta, é realizado o teste de Hausman. Quando o resultado é significativo ($p < 0,05$), indica que a hipótese nula de aleatoriedade não se sustenta e é recomendável utilizar o modelo com efeitos fixos. Exatamente o caso da análise proposta por este trabalho: os efeitos específicos dos indivíduos, no caso países, são importantes para análise.

TABELA 4.1 Efeitos de um governo dividido, controles e fracionalização sobre o executivo sobre a cobertura total do PTCR¹¹

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Maioria	-0.998 (5.145)	4.025 (3.767)				
Controles			-3.524** (1.403)	-3.008** (1.228)		
Fracionalização					-5.783*** (1.826)	-5.347*** (1.168)
Partido de esquerda		-4.414 (3.250)		-4.194 (3.205)		3.555 (2.694)
Desindustrialização		1.649** (.712)		1.181 (.696)		1.493** (.590)
Inflação (log)		-1.707* (.616)		-1.413* (.706)		-.701 (.834)
Abertura		.313 (.609)		.397 (.511)		.293 (.517)
PIB <i>per capita</i>		.000 (.000)		.000 (.000)		.000*** (.000)
Pobreza		-.115 (.352)		-.059 (.313)		-.088 (.288)
Constante	12.614*** (.760)	-81.729* 45.659	25.635*** (5.257)	-44.846 (46.948)	16.198*** (.873)	-73.180* (36.306)
Observações	115	93	122	92	115	89
R-quadrado	0.0016	0.432	0.103	0.454	0.071	0.481
Efeitos fixos por país	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Erro robusto padrão em parênteses

*** p < 0.01, ** p < 0,05, * p < 0,1

Os resultados da Tabela 4.1 exibem os modelos que pretendem verificar se variáveis independentes, *maioria* e *controles*, indicadas por De La O (2015) e *fracionalização* por Sátyro *et al* (2014) contribuem para a explicação dos diferentes níveis de cobertura dos PTCRs. A primeira variável, que mede se o partido do chefe do executivo possui o controle sobre o legislativo, isoladamente, não se comporta com o sinal previsto (relação negativa). Quando inseridos os controles, percebe-se uma mudança no sinal do coeficiente, passando a relação a ser positiva, porém não significativa para a variável dependente.

Em contraposição, *controles* tem um maior impacto sobre a cobertura dos PTCRs. Somente com os efeitos fixos, a variável é significativa, no nível de 0,05, e se mantém com o mesmo grau de significância quando inseridos as variáveis de controle para explicar o valor da taxa de cobertura. Segundo seu coeficiente, existe uma relação negativa entre um nível maior de *veto players* sobre a cobertura total como esperado inicialmente. Isto indica que a variação de uma unidade em *controles* diminui cerca de 3% a taxa da cobertura da população

¹¹ Os modelos estatísticos foram construídos no *Stata* 13.

cobertura pelo programa. Esse dado se assemelha aos resultados de De La O (2015), à medida que indique que uma quantidade maior de *veto players* implica em uma menor cobertura do programa.

A variável *fracionalização* demonstra ser, aparentemente, o melhor estimador político para o nível de cobertura segundo a proposta dos autores analisados. Nos modelos 5 e 6, a variável é significativa no nível máximo (0,01). Com isso, a fracionalização da oposição tem um efeito negativo sobre o nível de cobertura: com um aumento da medida da variável, menor será o grau de cobertura com uma variação negativa de 5,63%. Assim, países com *alta fracionalização* apresentam menores taxas de cobertura. Os resultados são condizentes com os achados de Sátyro *et al*, apesar das abordagens metodológicas distintas.

No que tange às variáveis de controle, como apontado por Huber *et al* (2008), a ideologia do partido governante não é significativa para variação dos números de beneficiários. E, como Huber *et al* (2008), apresenta um sinal negativo; contrário do previsto pela literatura que estuda a relação entre ideologia e gastos na OCDE. Isso pode ter ocorrido devido às diferenças dos critérios de classificação do DPI. Entretanto, assemelha-se aos achados de Huber *et al*. No segundo modelo, o nível desindustrialização é significativo a 0,05 e apresentando o sinal esperado. Isso representa que os níveis de emprego na agricultura e na indústria são importantes para as políticas sociais não contributivas. No modelo 2, uma variação na unidade de *desindustrialização* representa um aumento de 1,6% na variável dependente, *cobertura absoluta*.

Embora exibindo os sinais esperados pela teoria, o PIB *per capita* e a *abertura (+/+)* não são medidas significantes para a relação estabelecida aqui. Já a inflação é significativa no nível 0,10, contudo apresenta uma relação negativa com a cobertura dos programas, em contradição com os resultados de De La O (2015). E, por fim, a porcentagem de pessoas abaixo da linha da pobreza não é relevante dentro dos dados para a definição da taxa de cobertura do programa¹². Como já apontado por FILMER *et al* (2013) e Higgins e Pereira (2014), considerando as taxas de pobreza (em dólar=US\$2), percebe-se que alguns programas vão além de alcançar as parcelas pobres e extremamente pobres da população e ampliam a ação de suas transferências.

O nível de desindustrialização é positivamente e altamente significativo para a variação no nível de cobertura: uma unidade a mais da variável representa um aumento médio na cobertura total de 1,4%. O PIB *per capita* tem uma relação positiva com variável dependente no nível máximo de significância, mas com o coeficiente de regressão baixo. Os controles

¹² Não se propõe nesse contexto uma discussão sobre os critérios de elegibilidade dos PTCRs. Até porque não há critério único para todos os programas. Somente o objetivo com essa variável é entender se a uma associação entre ambos.

restantes – *abertura, inflação e pobreza* – não significantes para análise e, em contrapartida, apresentam uma associação negativo: o contrário do previsto pelas relações teóricas.

A partir dessas análises, entre as hipóteses do trabalho identificadas anteriormente, somente as de número 1 e número 3 foram confirmadas pelos modelos estatísticos: o efeito negativo da fracionalização da oposição e dos controles sobre a cobertura total dos PTCRs. As medidas de alinhamento e do grau de oposição, *controles e fracionalização*, demonstraram ser bons estimadores nos modelos de cobertura nos países analisados. Em contrapartida, os resultados estatísticos apontaram que a ideologia do partido, especialmente os de esquerda, não tem efeito sobre os a cobertura dos PTCRs. Essas impressões acompanham trabalhos que apontam a pouca relevância de tal fator explicativo para a alocação de gastos sociais na América Latina (HUBER *et al*, 2008). Contudo, o controle da maioria do legislativo pelo executivo não foi relevante para a compreensão da variação da cobertura nos países analisados¹³, tal como a ideologia do partido governante.

Esse resultado, com suas limitações metodológicas, ratifica uma parte das impressões de De La O (2015) e do argumento de Sátyro (2014) e implica atribuir à oposição¹⁴, especialmente, um papel importante na adoção e implementação das políticas de transferência de renda.

Como argumentado por De La O, a atuação do poder legislativo como ator importante na alocação de recursos orçamentários se mostrou novamente nos dados vistos aqui. Ou seja, apesar da expansão “rosa” na última década (o aumento do número dos chefes de esquerda do executivo nacional na região), a entrada de partidos de esquerda não foi condição suficiente para ampliar os modelos de gastos sociais dos países latinos como indicado por modelos tradicionais de *welfare state* do mesmo modo que foi apontado por Sátyro *et al*.

Esses resultados indicam que o conjunto de instituições e de seus membros limita a atuação dos atores, neste caso o poder executivo, e isso modifica os produtos finais das políticas públicas e, conseqüentemente, seus resultados. Um nível maior de controles sobre o executivo e uma alta fracionalização da oposição indicam um ambiente mais restritivo para expansão do número de beneficiários dos programas de transferência de renda. Assim, um contexto com características opostas ofereceria menos constrangimentos ao poder executivo e poderia permitir uma parcela maior da população como beneficiária. Deste modo, os

¹³ Esse resultado é interessante haja visto que a variável *controles* abrange a medida se a maioria legislativa é controlada pelo executivo. Para os casos e dados deste trabalho, ter controle ou não sobre o parlamento não interfere nos controles sobre o executivo. O que indica que os fatores inseridos na medida têm maior importância para um nível maior de cobertura.

¹⁴ Contudo, no caso do Chile, há uma ressalva. As regras eleitorais do país estimulam um sistema bipartidário, e restringindo a fracionalização da oposição. Por esta razão, deve-se ter cuidado com os resultados desta análise.

incentivos e constrangimentos que agem sobre a relação entre o executivo e o legislativo são elementos essenciais que devem ser colocados nas análises sobre PTCRs.

5 Conclusão

Este trabalho explora os efeitos de variáveis políticas sobre o desenho da política pública de combate à pobreza ao verificar as razões para a variabilidade do nível de cobertura dos programas de transferência condicionada de renda. Esse questionamento permitiu indicar dois aspectos: a baixa aderência dos argumentos teóricos clássicos e a necessidade de novas abordagens para os estudos das políticas sociais na América Latina e nos países em desenvolvimento.

A ampla literatura voltada à análise dos PTCRs é focada principalmente na avaliação dos efeitos e resultados de tal política. Por exemplo, se a presença das condicionalidades estimulou as demandas nos setores de saúde – como vacinação e cuidados pré-natal – e de educação - com o aumento no comparecimento às aulas e nos anos de ensino das crianças (FILMER; SCHADY, 2011; GALIANI; MCEWAN, 2013); como também, quais são os efeitos econômicos das transferências de renda dos programas sobre os beneficiários (SOARES *et al*, 2009; GALIANI; MCEWAN, 2013). No campo político, os trabalhos que analisam os PTCRs se concentraram nos efeitos eleitorais promovidos pelos programas. Especificamente, como a política interfere nos resultados eleitorais dos incumbentes (ZUCCO, 2008, 2013; LABONNE, 2013;). Ou ainda, na literatura de políticas distributivas, a forma como os políticos alocam seus recursos de acordo com sua base eleitoral (*core* ou *swing voters*) e como a configuração de eleitores altera a estratégia do incumbente sobre as políticas redistributivas (GOLDEN; MIN, 2013; AYTAÇ, 2013). Ou seja, o efeito do programa sobre variáveis políticas, em especial, a competição política.

Esta análise buscou enveredar por um caminho diferente: analisar os PTCRs como variáveis a serem explicadas. Modificando a perspectiva da maioria da literatura. Inverter a análise é interessante para compreender como os resultados das políticas não estão somente relacionados a questões endógenas dos programas, mas, ao mesmo tempo, a condições exógenas que moldam as estruturas dos programas e, conseqüentemente, seus resultados. Além de direcionar o escopo do trabalho para um campo ainda pouco explorado, a inversão de mecanismo pode ser uma análise interessante para expandir o conhecimento sobre o contexto político e o Estado em ação. Indicar novas relações explicativas e colocar em perspectiva o efeito da expansão (inter e intrapaíses) desses programas e, em última instância, dos gastos sociais dos governos.

Na análise empírica, especificamente para os aspectos políticos, os dados foram promissores, embora os resultados não tenham sido plenamente alinhados à expectativa da literatura. Contrariando a perspectiva clássica da *power resource theory*, os governos de esquerda não são um bom determinantes dos gastos com PTCRs. Isto indica que governos mais à esquerda do espectro ideológico, não apresentam níveis maiores de cobertura. Além disso, apresentam uma relação estatística contrária ao esperado, ou seja, negativa, e de acordo os achados de Huber *et al* (2008). Quanto às perspectivas do alinhamento político, a maioria legislativa não foi significativa para o comportamento do nível de cobertura, mas apresentou o sinal esperado pela literatura na presença dos controles estatísticos.

Em contrapartida, duas variáveis políticas se mostraram promissoras como determinantes do desenho dos PTCRs: os controles sobre o executivo e a fracionalização da oposição. Ambas demonstraram relevância estatística, especialmente a última, e sustentaram duas hipóteses do trabalho. A primeira que os estrangimentos sobre o poder executivo, como o número de *veto players* e outros fatores específicos, são importantes para o nível de cobertura dos PTCRs: há uma diminuição na porcentagem da população beneficiada em níveis maiores de controles sobre o chefe do executivo. Já alta fracionalização da oposição dificulta um número maior de beneficiários e, com isso, maiores gastos com os programas de corresponsabilidade. Mas é importante destacar que o mecanismo explicativo para o efeito da fracionalização ainda não está claro e necessita de uma construção teórica mais precisa.

Assim, a hipótese do trabalho que investiga se a relação entre os poderes executivo e legislativo tem impacto sobre os gastos com as políticas de transferência condicionada de renda, apesar das limitações metodológicas, demonstra forte poder explicativo. Esse resultado além de acompanhar as impressões de outros trabalhos como de De La O (2015), defende a importância das instituições e dos atores políticos como variáveis explicativas como classicamente apontado por Immergut (1996). As evidências apontam que os elementos da relação executivo-legislativo são bons determinantes da variação dos desenhos dos programas de corresponsabilidade. Seria interessante verificar se em outros países além da região latino-americana, tais resultados se sustentam e ponderar as limitações do desenho de pesquisa deste trabalho.

Ademais, o argumento da literatura sobre desindustrialização é importante para o comportamento dos gastos com os programas de transferência condicionada de renda. Os estudos sobre a queda no nível de emprego na indústria e agricultura argumentam que o risco no mercado de trabalho é resultante do aumento da tecnologia que implicaria em mudanças na oferta de emprego (IVERSEN; CUSACK, 2000). Os trabalhadores ficariam mais vulneráveis devido a fatores internos à economia e não externos a ela, o que contradiz à visão proposta por Cameron (1978). Nos resultados estatísticos, foi possível identificar uma influência considerável dos elementos colocados por essa perspectiva no nível de cobertura

dos PTCRs: quanto menor o emprego no primeiro e segundo setor econômicos, maior é a parcela da população beneficiada pelas transferências.

Os programas de transferência condicionada de renda possuem peculiaridades que dificultam sua análise a partir de teorias clássicas de gastos sociais (DE LA O, 2015). Suas características inovadoras necessitam de novos conceitos teóricos que possam compreender com maior capacidade analítica essas nuances e suas consequências para o efeito sobre os resultados das políticas de combate à pobreza.

Uma possível explicação para a baixa quantidade de trabalhos comparativos entre PTCRs e as condições políticas que afetam sua implementação seria os problemas com o acesso à informação dos programas. Cecchini e Vargas (2015) apontam que para atingir melhores impressões e análises sobre os resultados das políticas é necessário mais transparência e acesso público aos dados de beneficiários e medidas implementadas pelos governos. Outra razão seria exatamente os problemas com a comparabilidade das medidas empregadas para mensurar, por exemplo, os gastos dos programas entre os países. Ou seja, a ausência de padrões de mensuração sobre os PTCRs.

Para entender esse fenômeno, tornam-se necessários estudos que exponham um amplo panorama de fatores políticos que possam apresentar elementos com maior robustez explicativa e contribuir com um campo de pesquisa que se apresenta como bastante promissor. Espera-se que os achados apresentados neste trabalho despertem um maior interesse da ciência política para essa linha de estudo e que isso tenha contribuído para a ampliação do debate teórico e metodológico sobre os programas de transferência de renda.

Referências

- AYTAÇ. S. E. Distributive Politics in a Multiparty System: The Conditional Cash Transfer Program in Turkey. *Comparative Political Studies*, v. 47, p. 1211-1237, 2013.
- BECK, T.; CLARKE, G.; GROFF, A.; KEEFER, P.; WALSH, P. New tools in comparative political economy: The Database of Political Institutions. *World Bank Economic Review*, 15:1, 165-176, 2001.
- CAMERON, 1978. The Expansion of the Public Economy: A Comparative Analysis. *The American Political Science Review*, Vol. 72, No. 4, pp. 1243-1261, 1978.
- CARNES, M. E.; MARES, I. Social Policy in Developing Countries. *Annual Review of Political Science*, n.12, p. 93–113, 2009.
- _____. *Deindustrialization and the rise of non-contributory social programs in Latin America*. Rascunho. 2010.
- CECCHINI, S.; MADARIAGA, A. *Conditional Cash Transfer Programmes: the recente experience in Latin America and the Caribbean* (Vol. 95). Santiago: United Nations, 2011.

- CECCHINI, S.; VARGAS, L. H. Estimating coverage, investment and poverty reduction impact of Conditional Cash Transfers (CCTs) in Latin America and the Caribbean. *Measuring the social, economic and political effects of social protection: How to overcome the challenges?* Bonn, Alemanha, 2015.
- CEPAL. 2015. Disponível: <http://dds.cepal.org/bdptc/>. Acesso em: 15/04/2015.
- D'ALBUQUERQUE, R. W. *Descentralização e Políticas Públicas: O Caso do Programa Bolsa Família*, 2014.
- DE LA O, A. L. *Crafting Policies To End Poverty In Latin America: The Quiet Transformation*. Nova York: Cambridge University Press. 2015.
- ESPING-ANDERSON, G. *Politics against Markets: The Social Democratic Road to Power*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1985.
- FERREIRA, F. H. G.; MESSINA, J.; RIGOLINI, J.; LÓPEZ-CALVA, L.; LUGO, M. A.; VAKIS, R. The Middle Class and the Social Contract in Latin America. In: *Economic mobility and the rise of the Latin American middle class*. World Bank Latin American and Caribbean Studies, cap. 6, 2013.
- FILMER, D.; SCHADY, N. Does more cash in conditional cash transfer programs always lead to larger impacts on school attendance? *Journal of Development Economics*, v. 96, p. 150-157, 2011.
- GALIANI, S.; MCEWAN, P. J. The heterogeneous impact of conditional cash transfers. *Journal of Public Economics*, v. 103, p. 85-96, 2013.
- GOLDEN, M; MIN, B. Distributive Politics Around the World. *Annual Review Political Science*, n. 16, p. 73–99, 2013.
- HIBBS JR., D. A. (1992). "Partisan theory after fifteen years". *European Journal of Political Economy*, nº 8, pp. 361-373.
- HUBER, E.; MUSTILLO, T.; STEPHENS, J. D. Politics and social spending in Latin America. *The Journal of Politics*, v. 70, p. 420–436, 2008.
- HUNTER, W.; SUGIYAMA, N. *Conditional Cash Transfer Programs: Assessing their Achievements and Probing their Promise*. LASA, 2012.
- IMBEAU, L. M.; PÉTRY, F. e LAMARI, M. (2001). "Left-Right party ideology and government policies: a meta-analysis". *European Journal of Political Research*, nº 40, pp. 1-29.
- IMMERGUT, E. L. As Regras do Jogo: A lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. 1996. Traduzido. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. *Structuring Politics – Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Nova York, Cambridge University Press, 1992.
- IVERSEN, T.; CUSACK, T. R. The Causes of Welfare State Expansion Deindustrialization or Globalization? *World Politics*, v. 52, p. 313–49, 2000.
- KAUCHAKJE, S.; DA SILVA, E. Z. *A esquerda importa? Programas de transferência monetária (CCTS) na América Latina*. In: IX ENCONTRO DA ABCP, 2014, Brasília.
- KEEFER, P.; STASAVAGE, D. The Limits of Delegation: Veto Players, Central Bank Independence and the Credibility of Monetary Policy. *American Political Science Review*, 2003.
- KERSTENETZKY, C. L. *O Estado do bem-estar social na idade da razão: A reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- KORPI, W. Social Policy and Distributional Conflict in the Capitalist Democracies: A Preliminary Framework. *West European Politics* 3 (3): 296–316, 1980.

- RAWLINGS, L.; RUBIO, G. Evaluating the Impact of Conditional Cash Transfer Programs. *World Bank Research Observer*. 2005.
- RODRIG, D. Why do more open economies have bigger governments? *Journal of Political Economy*. Vol. 106. N. 5, p. 997-1032, 1998.
- SÁTYRO, N. G. D.; REZENDE, T. A. S.; SANTOS, M. L. W. D. *A esquerda transforma receituários neoliberais em política inclusivas? O Caso dos Programas de Transferência de Renda Condicionada na América Latina*. In: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE IPSA, 25, 2014, Montreal.
- SOARES, S.; OSÓRIO, R.; SOARES, F.; MEDEIROS, M.; ZEPEDA, E. *Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil, Chile e México: Impactos sobre a desigualdade*. IPEA, Brasília, 2007.
- WORLD BANK. 2010. World Development Indicators. <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>. Acesso em: 17/05/2015.
- WORLD BANK. Various years. Poverty and Inequality Database. <http://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=Povertyand-Inequality-Database>. Acesso: 17/05/2015.
- ZUCCO, C. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. *Journal Latin America Studies*, v. 40, p. 29–49, 2008.
- _____. *When Pay Outs Pay Off: Conditional Cash-Transfers and Voting Behavior in Brazil 2002—2010*. Rascunho. 2013.